

Paisagens interceptadas: notas sobre fricção e fissuras na/da “terra”¹

Marília da Silva Lima
(Unicamp)

RESUMO: Na pequena vila de pescadores e marisqueiras de Matarandiba, situada numa ilha homônima localizada na contra costa da Ilha de Itaparica, município de Vera Cruz - Bahia, não é raro ouvir dos moradores mais antigos sentenças como “a terra está secando”, “tá tudo oco aqui embaixo”, “a terra é forte, mas, do jeito que tá, vai rachar”. Tais vaticínios se referem diretamente às atividades extrativistas de uma empresa estadunidense e petroquímica que, desde a década de 70 do século passado, tem a concessão de lavra de sal-gema na região. Os dutos, responsáveis por efetivar as operações de extração e transporte do mineral até a região metropolitana de Salvador, entrecortam mangues e matas até ocultar-se completamente em redes subterrâneas e por entre as águas da maré. Assim, no presente texto, a fim de tecer intersecções conceituais sobre “territorialidade” e “paisagem”, argumento que nesse contexto etnográfico as imputações atuais à esterilidade da “terra” relacionam-se diretamente às percepções nativas sobre a agência desses instrumentos/mecanismos de extração no território.

palavras-chave: mineração; paisagem; “terra”

Eles chegaram pelo mar, eu era bem pequena, não lembro... faz muito tempo. Eles queriam umas pedrinhas brilhantes. (...) mamãe uma vez [as] colocou naquele pratinho de vidro, na sala (...). Eram tão brilhantes, naquele pratinho de vidro. (...) acho que foi a única vez que vi.

dona Lete²

Em nove de setembro de dois mil e dezessete, fiz a travessia São Joaquim-Bom Despacho³ e aguardei pela primeira vez o veículo que me levaria à Matarandiba. Após um percurso de

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Utilizarei pseudônimos ao decorrer do texto, a fim de preservar a identidade dos meus interlocutores.

³ Da capital baiana, há apenas dois modos de chegar à ilha de Matarandiba, através da Baía de Todos os Santos: por uma travessia de *ferry boat* que interliga o Terminal de São Joaquim, no bairro de Água de Meninos, até o Terminal de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica; ou uma travessia do Terminal Náutico, no bairro do Comércio, até o Terminal Hidroviário de Mar Grande, no município de Vera Cruz.

aproximadamente trinta e cinco minutos, o micro-ônibus parou na frente de um extenso portão esmaltado fosco, que se moveu morosamente até abrir-se por inteiro para o lado direito. Logo, um segurança com uniforme cinza, com um discreto brasão da Mineradora em branco e vermelho muito vivo, na altura do peito, cumprimentou o motorista que, por sua vez, também acenou para o outro segurança que estava sentado mais adiante, numa pequena guarita branca, defronte a aparelhos televisores cujas telas compartimentadas revelavam imagens em preto-e-branco. Seguimos viagem e o portão fechou-se atrás de nós. Ao longo de dez minutos, vastos trios de canos verdes, cinzas e vermelhos margeavam, retilíneos, a estrada; com a visão da Ponte do Funil e de uma parte do mar ao longe, aqui e ali se encontravam grupos de trabalhadores de trajas azuis e brancos, com grossas luvas, que ora manipulavam canos, ora manobravam tratores ou ferramenta manuais. Assim, tão logo passamos por um pequeno desvio, que dava acesso às instalações da diretoria da empresa, o veículo deu um sensível arranque indicando que havíamos deixado a parte pavimentada do trajeto. Agora, ao invés dos canos e trabalhadores da empresa, a paisagem compunha-se de mata fechada, densa e por descontínuos fragmentos do manguezal, entrecortados por uma estreita estrada de chão batido, por onde o micro-ônibus se apertava para passar. Após vinte minutos de percurso pela estradinha, já se vislumbrava fileiras de casas, algumas bem juntinhas, outras mais espaçadas. Até que o veículo contornou um pequeno largo central, estacionou na frente da simpática Igreja de Santo Amaro, ao lado de um frondoso tamarineiro, para aqueles passageiros que, como eu, não desceram no decorrer do caminho, pudessem desembarcar.

Trecho do diário de campo (16/09/2017)

A ilha de Matarandiba está localizada no município de Vera Cruz-BA, na contra costa da Ilha de Itaparica. A origem do povoamento da vila, homônima, situada no interior da ilha, relaciona-se as rotas das navegações da extinta *Companhia de Navegação Bahiana*, fundada em 1853 (MACHADO, 2013). No início de sua fundação, a vila acolhia eventuais comerciantes portugueses e ex-escravos, que se ocupavam dos encargos das embarcações e do pequeno porto na enseada. Após a extinção da Companhia, os negros permaneceram em maioria na Vila e viviam principalmente da pesca e mariscagem, com intensas trocas comerciais e trânsitos culturais com localidades do Recôncavo Baiano, como Nazaré das Farinhas, Santo Antônio de Jesus e Maragogipe.

No final da década de cinquenta, a marcha inexorável do desenvolvimento seguia a passos largos na consolidação da indústria baiana (OLIVEIRA; SANTOS, 1988); assegurada por lobbys poderosos e uma ampla intervenção do Estado, através de uma estrutura burocrático-administrativa que garantia amplas concessões em empréstimos por bancos públicos, abonos fiscais, cessão de terras, dentre outras benesses, sobretudo, para o capital estrangeiro. A consolidação de uma “política desenvolvimentista”, por conseguinte, promoveu uma inequívoca redefinição do espaço regional com vistas a sedimentar os “grandes projetos” (SANTOS, 1982). É nesse contexto que, em 1967, foi

inaugurado o Centro Industrial de Aratu (CIA), estrategicamente planejado para atrair investimentos e estimular o ‘progresso’ local, sobretudo, com indústrias químicas e petroquímicas; e, em 1968, a Ponte do Funil, a fim de interligar a Ilha de Itaparica aos recém instalados sítios industriais na região do Recôncavo.

A construção da Ponte do Funil é um marco importante nas lembranças dos ilhéus de Matarandiba, porque enquanto os moradores ainda tentavam se recuperar dos estragos ao ecossistema e à economia local, uma empresa norte-americana multinacional chegou ao povoado.

Desta forma, a *Dow Chemical* estabeleceu-se no CIA no início da década de setenta, a fim de produzir magnésio metálico, poliestireno e, principalmente, a soda-cloro. O argumento técnico alardeado pela empresa é o de que a produção de soda-cloro encontraria no sal sua principal matéria prima e, logo, a fonte mais rentável para obtê-lo, na proporção requerida, seria através de sua extração em minas de sal-gema. Desse modo, em 1974, através de uma série de conchavos entre a Petrobrás, a *Dow Chemical*, o estado da Bahia e o governo federal (VIANA FILHO, 1984; PELLEGRINI, 2013) para a concessão pública da mineração das jazidas de sal-gema no território baiano, o diabo chegou ao paraíso (TAUSSIG, 2010).

Tal qual as histórias clássicas do contato e espoliações perpetradas pelo capital, a multinacional chegou com a promessa de “desenvolver” a pequena vila. Os moradores contam que a empresa, de início, trouxe brinquedos “da Estrela” para as crianças, prometeram empregos para os pais, pavimentação nas vias públicas, luz elétrica e água encanada nas casas e toda a falácia presente na retórica sobre um mundo desconhecido e sedutor.

Por conseguinte, depois de se apossarem das terras consideradas devolutas, casas “abandonadas” e adquirir terrenos de proprietários que, nas palavras de um antigo morador da Vila, “ninguém nem sabia que tinha dono”, a empresa buscou cooptar lideranças locais a fim de convencer os residentes da vila a aceitar uma indenização em troca de suas casas. Na contramão, porém, dos deslocamentos/reassentamentos (LITTLE, 2002) compulsórios que, em geral, marcam os projetos desenvolvimentistas da época, a empresa induziu os residentes a renunciarem às casas onde moravam em troca de indenizações. Mesmo para aqueles que aceitaram o acordo indenizatório, a empresa cedeu a posse dos imóveis aos moradores, com a condição de não alterarem a estrutura das casas ou excederem o perímetro da vila, partir de então, delimitado pela empresa.

A fim de sedimentar uma enorme infraestrutura que possibilitasse não só a

extração das jazidas, a *Dow* prosseguiu com a ingerência no território através da execução de um aterramento marítimo de proporções consideráveis, que vinculou a ilha de Matarandiba ao continente . E, ainda na década de setenta, a mineradora construiu um gigantesco salmoroduto que, desde a Ilha de Matarandiba, literalmente atravessa a Baía de Todos os Santos até chegar na zona metropolitana de Salvador, particularmente no município de Candeias, no CIA.

Com pedra de cal, ergueu ainda um enorme portão, instalado na rodovia que corta toda a extensão da Ilha de Itaparica por terra, a fim de garantir principalmente a segurança patrimonial. Logo, além de perderem boa parte das condições de seu sustento, os residentes da vila de Matarandiba foram obrigados a se cadastrar num banco de dados da empresa para que pudessem receber um crachá de acesso, que decretava a entrada e saída nos “domínios da *Dow*” por assim dizer e, conseqüentemente, para suas casas : só os moradores munidos de um crachá com foto podiam passar pelo portão e ter entrada liberada numa guarita que o acompanhava.

Após quarenta e seis anos – e cinquenta e um poços construídos no território da Ilha de Matarandiba, dos quais, dez se encontram em plena atividade (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2018, p. 12) –, o pequeno vilarejo negro e pesqueiro segue parcialmente recôndito em face do poderio da Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos LTDA, como hoje é conhecida a multinacional. Lá, cerca de novecentas pessoas que vivem da pesca e mariscagem - além de benefícios como aposentadorias, seguro defeso e bolsa família - são submetidas a renitente restrição de circulação⁴ e o contínuo desposamento de terras e águas impostos pela empresa⁵.

1. A “terra” e os *nonsoels*

Os processos de desterritorialização de pessoas, águas, manguezais e grande parte do bioma local ocorreram/ocorrem perpendicularmente à territorialização da empresa na ilha. Nesse sentido, são notórias as narrativas dos ilhéus sobre o desaparecimento de espécies vegetais e animais, a mudança nos cursos e volumes das marés, o encolhimento

⁴ Embora não seja mais exigido dos moradores um crachá para o acesso de moradores e/ou visitantes, atualmente, a guarita é monitorada diariamente por um segurança da empresa cuja função é a de autorizar a entrada e saída de pessoas e veículos – entre 05h30 e 18h00. Este período coincide com os horários de funcionamento das atividades da Dow, além da escala da única linha de micro-ônibus autorizada pela empresa para atender aos moradores. Depois desse expediente, o portão fica “aberto”, com monitoramento apenas por câmeras.

dos mangues e sobre a disposição das casas do vilarejo ser praticamente a mesma de quarenta anos atrás. No que diz respeito, especificamente, às condições de moradia, por exemplo, eles contam sobre residentes que tentaram construir novas habitações, para além do perímetro delimitado pela Dow, e tiveram suas casas deliberadamente derrubadas pela empresa. Fora as casas já existentes e/ou terrenos invadidos pela empresa quando, por algum motivo, os donos saíam da localidade, levavam algum tempo sem aparecer e só no retorno descobriam que suas estâncias não mais lhe pertenciam⁶.

Por conseguinte, tais processos buscam sedimentar a principal atividade da empresa na ilha: a perfuração de poços profundos – as minas – de forma que seja possível a extração de jazidas de sal-gema, para a consecutiva obtenção de salmoura. Grosso modo, os procedimentos de extração, diluição, depuração e trânsito dos sais são operados a partir de uma rede de tubulação. São sobre esses procedimentos que pretendo refletir aqui, em função do seguinte etnográfico: certa feita, resolvi perguntar a dona Jujú o que a Dow fazia ‘exatamente’ na ilha e ela me respondeu do seguinte modo: *“ela tira daqui e leva para lá. (...) não tem o coração? Pois ela faz a mesma coisa, ela leva a água por um tubinho, encharca a terra, para poder sugar e levar a sal-gema láááá para Candeias, por um tudo bem grande. Não é igualzinho ao coração?!”*.

Assim, ao me explicar o método de extração por lavra através desse tipo de analogia orgânica, dona Jujú traçou um horizonte bastante fecundo analiticamente. Uma vez que o enraizamento/presença desses “tubinhos” se faz concreta não apenas a partir de sua dimensão “vista” na paisagem, mas, igualmente, pela percepção dos moradores sobre a presença e agenciamento desses dispositivos, que estariam camuflados *sob* a paisagem.

Em alguns momentos, em campo, ouvi dos moradores afirmações que se reportavam ao ocultamento das redes de tubulação por “baixo do mar”, por “debaixo do mangue” e, até mesmo, “debaixo” de suas casas. Acredito que, a percepção da materialidade não aparente desses dispositivos, só tendia a reforçar a gravidade dos riscos de suas ações, assim como o de tornar ainda mais complexo os termos da desterritorialização: não é um processo passível de ser localizado entre os limites do cerco e desapossamento impostos pela “empresa” à “vila”, mas algo que diretamente transige as fronteiras entre o subterrâneo e a superfície. A mineradora está entranhada na terra: ela “suga” “debaixo”, e torna terra “oca”.

⁶ Por outro lado, com o passar do tempo, os moradores que permaneceram na ilha (e vigiaram as habitações) puderam modificar a estrutura das moradias com edificações verticais, em geral, desmembrando e (re)dividindo as casas que já possuíam, a fim de acomodar, na medida do possível, as famílias que cresciam.

É, dessa maneira, que acho válido arriscar sobre as possíveis contiguidades reservadas tanto à paisagem, quanto à terra; uma vez que, nesse contexto, uma compreensão possível de paisagem só faz sentido se relacionada às perspectiva de pertencimento ao território entre os ilhéus. Por conseguinte, o conceito de paisagem, tal qual argumentado por Anna Tsing (2005), torna-se útil para pensar sobre algumas dessas articulações.

Segundo a autora, as paisagens são sociais na medida em que são produzidas e constituídas a partir da sobreposição/articulação de biografias pessoais e histórias comunitárias das quais participam humanos e mais que humanos. No caso de Matarandiba, essas histórias estão/foram interrelacionadas à escalabilidade intrínseca (TSING, 2019) da produção de commodities de uma mineradora estrangeira. À vista disso, as práticas comerciais predatórias, as formas de dependência e dominação (SVAMPA, 2011) operadas e impostas pela empresa, igualmente, caracterizariam/produzem a paisagem social daquele lugar.

Para Tsing, a condição de escalabilidade de projetos capitalistas – no caso em específico, da mineração – só é possível na medida em que há, deliberadamente, o oblívio de “relacionamentos transformadores”; a eficácia do projeto, por conseguinte, é dada em função de sua capacidade de “expandir – expandir – sem repensar seus elementos básicos” (TSING, 2019). São nesses contextos que são criados os *nonsoels*: elementos não sociais, ou apartados das relações sociais a partir alienação e do controle, que compõe a paisagem. As redes visíveis e/ou subterrâneas de tubos e dutos – os responsáveis em “encharcar” e “sugar” a terra – metonimicamente se reportam justamente aos *nonsoels* produzidos pela expansão do projeto⁷. A eficácia dos *nonsoels* é dada em função da criação de uma “terra nullius, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos” (TSING, 2019, p.186).

Dona Jujú, por conseguinte, me chamou atenção justamente para a contigência da produção dos vínculos, que caracterizam as relações assimétricas entre uma multinacional e uma pequena vila de pescadores e marisqueiras, no meio da Bahia – e que, portanto, podem informar sobre a constituição heteróclita daquela paisagem.

Na gramática nativa, há continuidades intrínsecas (assim como descontinuidades)

⁷ Que, a partir do empreendimento da mineradora, seguindo o argumento de Tsing (2019), estariam relacionados tanto aos trabalhadores, ou os “peões”, segundo a denominação nativa, quanto às minas das quais são extraídos os minérios.

entre a “terra que fica” - terra/território - fonte da criação; e a “terra que se move”, ou seja, suas extensões, criações, aquilo que se torna, de algum modo, destacável da terra/território – a “terra” (STRATHERN, 2009). Não à toa, minha interlocutora utilizou uma analogia orgânica na qual os processos relacionados à extração da Dow estão entrelaçados à imagem da terra enquanto um corpo; a partir desse ponto de vista, os procedimentos da lavra foram vindicados à vitalidade, através da alusão à circulação sanguínea de um sistema cardiovascular.

Se a “escalabilidade era o progresso” (TSING, 2019), em Matarandiba, o progresso indica a esterilidade contínua (TAUSSIG, 2010) tanto à terra/território, quanto à “terra”/extensão. Logo, a noção de “terra” - e seu respectivo pertencimento à terra - implicada entre os nativos diz respeito não só aos mangues, os peixes, as marés, a sal-gema..., mas, igualmente, às conexões aos laços de parentesco entre os ilhéus⁸.

Vejam, as gerações que nasceram e viveram na ilha, principalmente, antes da chegada da Dow e da construção da Ponte do Funil, são conhecidas como “raízes da terra”. Por exemplo, quando perguntei o porquê de dona Sara ser “raiz da terra”, sua nora me explicou que ela já estava lá desde a época que “*tudo era mato*”. Dona Jujú, por sua vez, enquanto me contava sobre o som produzido pelo búzio, que servia de orientação aos navegantes que atracavam no extinto porto na enseada, falou que seu pai, estivador e operador do búzio, era “*pura raiz da terra*”, pois ele tinha vivido por aquelas paragens quando “*aquilo tudo era mar*” e no “*tempo que a terra era mais forte*”.

Por seu turno, os “filhos da terra” seriam aqueles que possuiriam um vínculo de parentesco em primeiro grau e/ou segundo grau com aqueles reputados como “raiz”, mas que não necessariamente nasceram ou viveram a vida toda na vila. Muitos “filhos da terra” tiveram que migrar para regiões do Recôncavo Baiano, Salvador e regiões metropolitanas depois que os “projetos desenvolvimentistas” modificaram profundamente o modo de vida e as condições de vida. A conotação dada aos “filhos da terra” se refere tanto aos poucos que permaneceram na ilha após as modificações, quanto àqueles que retornaram - seja definitivamente para residir, seja ocasionalmente para visitar.

Destaco o caso esclarecedor de dona Josefa, que nasceu em Maragogipe, município do Recôncavo Baiano, e lá ficou os primeiros anos da infância. Aos cinco, passou a residir com a família da mãe, toda ela de Matarandiba: “*minha avó, minha mãe*

⁸ Não tenho dados etnográficos para argumentar, ou mesmo supor, sobre o englobamento dos laços de parentesco entre humanos e não humanos, nesse contexto. Prefiro, ainda assim, deixar entevisto nesse texto suas possíveis continuidades e/ou mediações.

e minha madrinha [esta última, por seu turno, irmã do pai] são raízes dessa terra aqui e eu sou filha dessa terra. Eu sou filha!”. Aos quinze anos, dona Josefa casou e se mudou para Salvador, onde viveu por mais de quarenta anos, até retornar para ilha, “*para morrer em minha terra*”.

Durante nossa conversa, de maneira um tanto recorrente, dizia que a “*terra estava morrendo*”, quando lhe perguntei o porquê, me respondeu com tristeza: “*as pessoas que foram esteio para nós crianças, nós jovem, foram devargazinho... As pessoas que foram importantes, que foram fortes para esta terra. Aí vai começar ficando assim, eu não sei te explicar, eu sinto dentro do coração, como se a terra também fosse morrendo um pouco, é como se a terra modificasse (...) e quando a terra morre, tudo vai acabar*”.

A longevidade e saúde reputada àqueles relacionados à “raiz” da terra, sejam os poucos que ainda vivem ou os já mortos (MACHADO, 2019), são associadas justamente a uma conexão imediata com a terra/lugar. A intermitência dessa relação, por outro lado, emergiria na medida em que os vínculos de parentesco ficam mais distantes da “raiz” e, assim, proporcionalmente mais frouxos seriam os elos com *aquela* “terra”.

É nesse esteio que “terra” e *nonsoels* estão engajados na produção daquela paisagem: a partir da produção e circunscrição constante de suas diferenças (DE LA CADENA, 2010; TSING, 2005; 2019). Em Matarandiba, a coabitação tensa e compulsória de duas lógicas tão distintas não denotou quaisquer artifícios homogeneizadores; pelo contrário, de acordo com a perspectiva nativa, a vitalidade da “terra” está em risco em função dos avanços da mineradora. Dado que, “raiz” e “filhos” supõe uma relação que remete não apenas à natureza das conexões com o lugar, mas às gradações do vínculo com a “terra”, a morte dessas linhagens (KOPENAWA; ALBERT, 2015) significa tanto o fim da “terra”, quanto da terra.

2. Como olhar (n)as fissuras?

O presente texto faz parte da minha pesquisa de doutoramento, iniciada em 2020, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Unicamp. O objetivo dessas linhas foi, assim, o de apenas testar um argumento etnográfico. Argumento este ainda muito incipiente, dadas às condições de uma pesquisa em seu estágio inicial.

Desse modo, através dos vaticínios que ouvi de alguns dos meus interlocutores sobre o “fim da terra”, sobretudo, quando relacionados à percepção da atuação da mineradora e a respectiva agência de um dos seus dispositivos, os tubos, quis explorar

analiticamente a noção de paisagem. Adotei, à vista disso, a paisagem enquanto um vetor fértil para a compreensão de alguns dos eixos responsáveis por produzir as relações entre o espaço, os nativos e a mineradora.

As “paisagens interceptadas” do título, portanto, não tem a pretensão de induzir a uma concepção de natureza ‘intocada’ e, por conseguinte, a uma noção de paisagem depurada. Nesse sentido, a atenção para as “conexões estranhas” (TSING, 2005), que permeou esse exercício de aprender a olhar (n)as fissuras, se ateve às possíveis complexidades etnográficas de mundos em constante fricção.

Referências Bibliográficas

KOPENAWA, D.; ALBERT, A. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LA CADENA, M. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections beyond Politics. In.: *CULTURAL ANTHROPOLOGY*, Vol. 25, Issue 2, pp. 334–370, 2010.

MACHADO, R. *Um olhar etnográfico sobre a reconstituição da memória social de Matarandiba-BA*. Dissertação de Mestrado- PPGAS/UFBA. Salvador, p.98, 2013.

_____. *As folhas vermelhas do mangue: uma etnografia sobre os mortos, a morte e a maré em Matarandiba (BA)*. Tese de Doutorado – PPGAS/USP. São Paulo, p. 230, 2019.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Relatório Preliminar: Ilha de Matarandiba. Salvador: CPRM, 2018.

SANTOS, M. *Passado e presente nas relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no Estado da Bahia*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 65, 1987. SANTOS, R.; OLIVEIRA, J. *Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80)*. Rev. ADM. Pública, Rio de Janeiro, 1988. p. 52-74.

STRATHERN, M. *Land: intangible or tangible property*. Timothy Chesters (Ed.) Land Rights. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Héctor (Coord.). *La Naturaleza colonizada: Ecología Política y Minería en América Latina*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2011.

TAUSSIG, M. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. 1º Ed. São Paulo. Editora Unesp, 2010.

TSING, A. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

_____. *Viver em ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas. 284 p.p, 2019.

VIANA FILHO. L. *Petroquímica e Industrialização (1967- 1971)*. Brasília: Editora Brasília,1984.